

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> 02/07/2020	<b>Proposição</b> MPV 986/2020
<b>Autor</b> Deputado <b>MÁRCIO MARINHO (Republicanos/BA)</b>	<b>Nº do prontuário</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Acrescente-se o §3º ao art. 2º da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, alterada pelo Art. 1º da Medida Provisória nº 986, de 29 de junho de 2020:

“Art. 1º. A Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 2º. ....

§ 3º O repasse do valor previsto no **caput** deste artigo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios deverá ocorrer em, no máximo, 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 986, de 2020, altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que estabelece a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Ocorre que, apesar da grande conquista que representa a nova Lei, tendo em vista a previsão de medidas emergenciais em benefício do setor cultural, torna-se inócua a garantia de repasse sem a definição de uma data para que isso ocorra.

Assim como outras categorias autônomas, o setor cultural tem sofrido enormes prejuízos desde o reconhecimento do estado de calamidade pública no País. Em verdade,



CD/20568.90350-00

o setor cultural foi o que primeiro teve seus eventos cancelados e talvez seja o último a retomar os trabalhos normais, devido ao alto grau de aglomeração inerente a esse tipo de atividade.

Dessa forma, é importantíssimo que esse auxílio chegue logo aos que mais necessitam, observados os requisitos descritos na Lei nº 14.017/20, e que, de forma clara, a Lei traga o prazo máximo para que isso aconteça.

Destarte, apresentamos a presente emenda com o objetivo de garantir que o auxílio emergencial direcionado ao setor cultural seja repassado em até 30 (trinta) dias após da publicação da Lei.

Sala da Comissão, em 02 de julho de 2020.

**Deputado MÁRCIO MARINHO**  
**(Republicanos/BA)**



CD/20568.90350-00